

Sumário

Prefácio	XI
Apresentação	XV
Nota do Autor à 2ª Edição	XIX
Introdução	1
1 A Boa-Fé Objetiva no Direito Contratual Privado Brasileiro: o Campo de Incidência Amadurecido	17
1.1 Do Código Civil de 1916 ao Código Civil de 2002: a abertura do sistema e a conseqüente centralidade alcançada pela boa-fé objetiva	19
1.2 Princípios clássicos e novos do Direito Contratual Privado Brasileiro: o momento de hipercomplexidade	34
1.3 O atual estágio de desenvolvimento da boa-fé objetiva no Direito Contratual Privado Brasileiro: a previsão legislativa, o desenvolvimento doutrinário e a repercussão jurisprudencial.....	50
1.4 Síntese conclusiva do capítulo.....	74
2 A Boa-Fé Objetiva no Direito Administrativo Brasileiro: o Campo de Incidência em Desenvolvimento	77
2.1 Fundamentos normativos para a incidência da boa-fé objetiva no Direito Administrativo Brasileiro: os princípios constitucionais da moralidade administrativa e da segurança jurídica e a Lei nº 9.784/1999	80
2.1.1 Moralidade administrativa e boa-fé objetiva.....	80
2.1.2 Segurança jurídica e boa-fé objetiva.....	90
2.1.3 A Lei nº 9.784/1999 e a boa-fé objetiva	95
2.1.4 O dever de o administrado atuar segundo a boa-fé objetiva	100
2.2 Desdobramentos da incidência da boa-fé objetiva no Direito Administrativo Brasileiro	103
2.2.1 Óbices teóricos supostos à aplicabilidade da boa-fé objetiva no Direito Administrativo Brasileiro	104

2.2.2 Aproveitamento, pelo Direito Administrativo, dos desenvolvimentos do Direito Privado relativamente à boa-fé objetiva.....	111
2.2.3 O princípio da proteção da confiança legítima: ainda o terreno da boa-fé objetiva.....	115
2.2.4 O redimensionamento do princípio da legalidade e da discricionariedade administrativa pela boa-fé objetiva.....	122
2.3 Aplicações do princípio da boa-fé objetiva no Direito Administrativo Brasileiro pelos tribunais: a visão do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça	142
2.3.1 A boa-fé no Direito Administrativo Brasileiro segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal – de janeiro/1999 a outubro/2016	143
2.3.2 A boa-fé no Direito Administrativo Brasileiro segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça – de janeiro/1999 a outubro/2016	156
2.3.3 Novas aplicações da boa-fé objetiva no Direito Administrativo Brasileiro na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça – de novembro/2016 a agosto/2021	165
2.4 Síntese conclusiva do capítulo	173
3 A Boa-Fé Objetiva nos Contratos Administrativos Brasileiros: o Campo de Incidência Negligenciado	179
3.1 Contrato administrativo: o moribundo não morreu.....	180
3.2 A incidência da boa-fé objetiva nos contratos administrativos brasileiros: a entrada pela porta da frente e uma outra hipercomplexidade.....	194
3.3 Aplicações do princípio da boa-fé objetiva nos contratos administrativos pelos tribunais: a visão do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça – de janeiro/1999 a agosto/2021.....	201
3.4 Propostas de resolução de questões relacionadas aos contratos administrativos à luz da boa-fé objetiva.....	205
3.4.1 Responsabilidade da Administração Pública decorrente da anulação da licitação quando não há contrato assinado (responsabilidade pré-contratual).....	205

3.4.2 Pedido de reajuste e/ou de repactuação após a prorrogação do contrato administrativo	213
3.4.3 Responsabilidade da Administração Pública por prestações realizadas pelo particular depois de expirado o prazo de vigência contratual (responsabilidade pós-contratual)	219
3.4.4 Perda do prazo de prorrogação de contratos de fornecimentos e serviços contínuos: saneamento à luz da boa-fé objetiva.....	224
3.5 Síntese conclusiva do capítulo	228
Conclusão	231
Referências	235